

Este livro resulta da compilação de textos selecionados, de entre 140 comunicações apresentadas na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, no XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e 10.ª Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente. Os textos foram aprofundados, para esta publicação, e cruzam dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade, na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação, no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo), onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro e imparcial. O Pedagogo Social tem intenções de mudança, o que implica uma (trans)formação de si, da visão sobre si próprio e da visão sobre os outros.



Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Teoria e Prática da Pedagogia Social,
da Mediação Intercultural e da Intervenção Social

Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,
José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,
Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos [orgs.]

TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL



Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán,
José Carlos Marques, Pedro Silva, Ana Maria Vieira,
Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos
(Orgs.)

TEORIA E PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL, DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DA INTERVENÇÃO SOCIAL



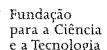
Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais
CICS NOVA (Fluxo)



Instituto de Políticas e Gestão
da Universidade Nova de Lisboa
IPL



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Associação
Nacional de
Intervenções
Sociais



Instituto de Políticas e Gestão
da Universidade Nova de Lisboa
IPL



Edições Afrontamento

Título: Teoria e Prática da Pedagogia Social, da Mediação Intercultural e da Intervenção Social
Organizadores: Ricardo Vieira, Victoria Pérez de Guzmán, José Carlos Marques, Pedro Silva,
Ana Maria Vieira, Cristóvão Margarido, Rui Matos e Rui Santos

© 2023, Organizadores e Edições Afrontamento

Revisão: Ana Arqueiro

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Rua de Santa Catarina, 895, 2.º D.º – 4000-455 – Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos / 197

N.º edição: 2212

ISBN: 978-972-36-2029-0

Depósito legal: 523577/23

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Setembro de 2023

Este livro foi objeto de avaliação científica.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo 1	13
Epistemologia, mediação intercultural e pedagogia social <i>Ricardo Vieira, Ana Maria Vieira</i>	
Capítulo 2	25
Cultura y subjetividad desde la perspectiva de la pedagogía social. Modelos conceptuales de la mediación intercultural educativa <i>Rosa Mari Ytarte, Roberto Moreno López, Rut Barranco Barroso</i>	
Capítulo 3	37
La mediación intercultural metodología de intervención social: más allá de la gestión de conflictos <i>Maria Carmen Quesada Muñoz</i>	
Capítulo 4	49
La mediación intercultural, una herramienta socioeducativa para la prevención y el cambio social <i>José Alberto Gallardo López</i>	
Capítulo 5	61
Processos e dimensões subjetivas e objetivas da construção da identidade profissional da educação social <i>Fátima Correia, Germán Vargas Callejas, Paulo Delgado</i>	
Capítulo 6	77
Processos de mediação intrapessoal através da fotografia e videografia terapêutica – pedagogias da convivência, narrativas e <i>mindsets</i> <i>Pedro Queirós Pinto, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 7	95
A “questão cigana” e a mediação intercultural <i>Micaela Lopes, Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 8	115
Da intervenção social intercultural no concelho de Leiria: diferentes respostas mediadoras <i>Joana Matias, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 9	129
Programa de promoção de competências socioemocionais em contexto escolar <i>Ana Salomé de Jesus, Ricardo Pocinho, Cristóvão Margarido, Eva María Torrecilla Sánchez</i>	
Capítulo 10	143
Formación en violencia de género, de profesionales que participan en el Programa CaixaProinfancia, en la Región de Murcia <i>Alicia González Caparrós, Encarna Bas Peña</i>	
Capítulo 11	155
Clown e intervenciones socioeducativas. Desarrollo de sentidos, imaginación, pensamiento y emociones <i>Mauricio Durán, Xavier Úcar</i>	
Capítulo 12	165
Circo social, escola, pedagogia social e mediação intercultural <i>Rodolfo Correia, Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 13	179
Actividades de ocio en personas mayores. Una revisión sistémica <i>María Rosa Méndez Macías, Victoria Pérez de Guzmán, Rocío Cárdenas Rodríguez</i>	
Capítulo 14	201
Investigación-acción en escuelas de segunda oportunidad. Hacia una orientación comprometida con la justicia social <i>Soledad Romero Rodríguez, Victoria Pérez de Guzmán, Montserrat Vargas Vergara</i>	
Capítulo 15	215
Incidentes críticos, reflexividade, mediação interpersoal e intercultural na escolha da educação social como caminho profissional <i>Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira, José Carlos Marques</i>	
Sobre os Autores	225
Sobre os Organizadores	233

INTRODUÇÃO

O XXXIV Congresso Internacional da SIPS (Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social) e a 10.^a Conferência de Mediação Intercultural e Intervenção Social, realizados conjuntamente na ESECS.IPL – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, nos dias 20 e 21 de outubro de 2022, cruzaram dois domínios simultaneamente distintos, mas, também, simultaneamente ‘irmãos’ na intervenção social empoderadora: a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social.

Há, ainda, uma grande lacuna de estudos sobre a relação da Pedagogia Social e, em parte, de todas as profissões sociais com a Mediação Intercultural que aposta no interventor que age dialogando, negociando, [mediando], empoderando, autonomizando, com práticas sempre de natureza relacional, no trabalho com sujeitos que pensam sobre si e sobre os outros e não com pessoas tantas vezes transformadas em objetos por parte do profissional social.

A Pedagogia Social, enquanto ciência matriz quer da Educação Social, quer da Animação Sociocultural, quer mesmo do Serviço Social moderno, aponta para tudo menos para o assistencialismo e para a caridade na pretensa ajuda aos outros. Pelo contrário, alimenta profissões caracterizadas pela relação social de proximidade onde a escuta ativa, a comunicação no seu sentido lato, a empatia e o partir do outro para a construção da sua própria autonomização são fundamentais. Inevitavelmente, a Pedagogia Social desemboca nessas profissões, não raras vezes, através da Mediação Intercultural (enquanto paradigma essencialmente preventivo, transformador e socioeducativo) onde o interventor, ao contrário da mediação clássica, é tudo menos neutro. É tudo menos imparcial, como se procurará discutir e refletir

população idosa, analisando o tipo de atividades realizadas e a sua influência nas vidas dessas pessoas.

No capítulo 14 – *Investigación-acción en escuelas de segunda oportunidad. Hacia una orientación comprometida con la justicia social* –, Soledad Romero Rodríguez, Victoria Pérez de Guzmán e Montserrat Vargas Vergara enquadram um projeto cujo objetivo é promover a criação de planos integrados de orientação profissional dirigidos a jovens em situação de abandono precoce da formação. A investigação-ação tem lugar em ‘escolas de segunda oportunidade’ da Andaluzia (Espanha), onde, através do diálogo entre os diferentes agentes formadores e sociais e os participantes, se adota uma visão de orientação profissional a partir de uma perspectiva narrativa, sistémica e comprometida com o autoconhecimento, a gestão emocional e a justiça social.

Por fim, no capítulo 15 – *Incidentes críticos, reflexividade, mediação interpersonal e intercultural na escolha da educação social como caminho profissional* –, Ana Maria Vieira, Ricardo Vieira e José Carlos Marques atentam nas trajetórias identitárias, em termos de futuro profissional, de estudantes finalistas da licenciatura em Educação Social. Os autores analisam três casos biográficos, expondo as dúvidas e reflexões destes/as alunos/as relativamente ao ingresso no ensino superior e no curso, como também ao caminho a percorrer, destacando os ‘incidentes críticos’ que, neste processo de mediação intrapessoal e intercultural, concorre(ra)m para eventuais transformações nas suas trajetórias pessoais e sociais e na conceção da sua identidade profissional.

Ricardo Vieira
Victoria Pérez de Guzmán
José Carlos Marques
Pedro Silva
Ana Maria Vieira
Cristóvão Margarido
Rui Matos
Rui Santos

CAPÍTULO 1

EPISTEMOLOGIA, MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E PEDAGOGIA SOCIAL

Ricardo Vieira, Ana Maria Vieira

Introdução

A mediação remete para a construção de terceiros lugares, mas estes não têm, necessariamente, de ser um ponto equidistante entre as partes. Se na mediação jurídica e na mediação clássica, vulgo mediação de conflitos, esse lugar busca a imparcialidade, na Mediação Intercultural estamos perante a crítica à neutralidade/imparcialidade. Estamos, nesta linha, perante um novo paradigma onde a Mediação Intercultural se afirma como intervenção dialógica, a partir dos outros e com os outros, e, portanto, como uma prática da Pedagogia Social.

Neste texto, pretendemos: compreender as ligações epistemológicas e metodológicas entre a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social; compreender as semelhanças entre a Mediação Intercultural e a Pedagogia Social como forma de trabalhar com o ‘outro’; discutir o intercultural como paradigma que rompe com o culturalismo (monoculturalismo).

Pensar em mediação remete para a presença de um terceiro, o mediador. A terceira parte pressupõe e condiciona a existência de duas partes em dissonância. Contudo, num paradigma de Mediação Intercultural, estamos a montante da gestão/resolução de conflitos, e não no ‘final da linha’, na tradicional intervenção social resolutiva.

Da busca de terceiros lugares e da não neutralidade em Mediação Intercultural

A mediação enquanto conceito não adjetivado remete, habitualmente, para a construção de lugares equidistantes, posicionamentos concertados, meios-termos entre posições opostas ou em conflito. A Mediação Intercultural é considerada, hoje, não apenas uma variante da mediação em geral, dedicada à gestão e resolução de tensões e conflitos em sociedades multiculturais, mas, também, enquanto paradigma de uma nova abordagem da mediação, seja neste tipo de sociedades, seja no mundo do trabalho, seja na intervenção familiar, comunitária, etc., e que se prende com o diálogo e a comunicação com pessoas, grupos e comunidades para a transformação, emancipação e capacitação. Neste sentido,

o processo de mediação corresponde a uma tentativa de convergência que passa pela (trans)formação das identidades dos sujeitos e mundos de vida dos participantes, incluindo valores, crenças e representações de si e dos outros, através da comunicação e compreensão recíproca das partes. Nesse contexto, os mediadores ajudam as partes de diferentes contextos culturais a se entenderem, tornando-se conscientes dos preconceitos relativamente a processos, pessoas, comportamentos, bem como a se envolverem numa comunicação mais intercultural assente numa prática de escuta ativa. (Arvanitis, 2014, p. 6)

As tensões e conflitos deixam de ser vistos apenas como fenómenos e problemas interindividuais para passarem a ser entendidos como choques de cultura entre valores e filosofias de vida que os sujeitos em diálogo, antidiálogo, confronto ou conflito fazem emergir nas relações interpessoais. A pessoa não é, assim, apenas um indivíduo, psicologicamente falando, mas um corpo que incorporou, ao longo da sua trajetória social, códigos culturais (Bourdieu, 2005) com os quais pensa, age, dialoga ou entra em conflito. Desse ponto de vista, a mediação passa a ser a busca de um terceiro lugar (Vieira & Vieira, 2016), não necessariamente a meio de posições opostas, mas um terceiro lugar epistémico e de geometria variável, que ora está próximo de um, ora de outro dos intervenientes divergentes, diferentes, ou mesmo em tensão verbal, corporal e cultural.

A Mediação Intercultural busca, assim, mais do que a gestão e/ou resolução de conflitos, a transformação das partes, sujeitos, grupos, famílias, etc., envolvidos. Busca uma (trans)formação de todos para uma aprendizagem da convivência (Jares, 2007) e a construção de uma sociedade mais intercultural (Giménez, 2010). Isto implica uma escuta ativa de todos sobre todos, uma

hermenêutica diatópica (Santos, 1997) ou mesmo multitópica (Vieira, 2013). Esta hermenêutica multitópica pretende a transformação de todos, o que implica a construção de cidadãos e de *selves* mais interculturais.

Se na mediação jurídica, um exemplo da mediação clássica (gestão/resolução de conflitos), esse terceiro lugar assenta na ideia da imparcialidade, na Mediação Intercultural estamos, cada vez mais, perante a crítica à neutralidade/imparcialidade, pilar fundamental da mediação fundada na Escola de Harvard (Cohen-Emerique, 2008).

Paulo Freire (2002) foi muito claro na crítica a este pilar da mediação clássica: “Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” (p. 46); “que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cómoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele” (p. 70).

A Mediação Intercultural, além de preventiva, assume-se, assim, como educadora, transformadora da sociedade, comunidades, grupos e indivíduos e construtora de espaços de (con)vivência. Estamos, pois, perante um novo paradigma onde a Mediação Intercultural se afirma como intervenção dialógica, a partir dos outros, e, portanto, como uma prática da Pedagogia Social, uma pedagogia que se estende para além da escola e que assume a educação a partir dos contextos vários onde a cultura e os valores se transmitem.

Se falar de mediação em geral remete para a presença de um terceiro, o mediador presumivelmente imparcial, uma terceira parte que condiciona a existência de duas partes em dissonância, no âmbito da Mediação Intercultural, que está a montante da gestão/resolução de conflitos, é fundamental a escuta ativa e a empatia com todos os envolvidos para intervir, o que não permite a neutralidade axiológica. Daí a ideia da “multiparcialidade” defendida por Torremorell (2008), ao invés da imparcialidade. A escuta de todos implica tomar a parte de todos nessa busca de entender o entendimento de todos (Geertz, 1989), através de uma hermenêutica multitópica (Vieira, 2013). Deste modo, facilitar a comunicação, fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados implica que o mediador não tome a parte da cultura hegemónica para que não fiquemos perante uma prática assimilacionista mascarada de neutralidade. A autonomização, o empoderamento e a ‘advocacia’ dos desfavorecidos implicam um mediador intercultural que se demarque claramente da imparcialidade e de práticas assistencialistas e de ajuda humanitária.

Entre a mediação e a Pedagogia Social: a Mediação Intercultural como prática (trans)formadora/interventora

Como vimos, sempre que se fala em mediação é comum emergir, em primeiro lugar, a ideia de posição intermédia, da presença do terceiro termo, 'o terceiro' que se refere ao mediador como pessoa, ou à equipa que assume a função de ponte, ligação ou catalisador dos processos de mediação. A terceira parte pressupõe e condiciona a existência de duas partes: "A estrutura ternária implica abertura, uma vez que o terceiro rompe a dualidade em que os dois seres se encontram envolvidos" (Torremorell, 2008, p. 23) e é para eles um ponto de referência comum.

Na epistemologia da Mediação Intercultural, que, além de preventiva, se assume como transformadora da sociedade e como construtora de espaços de (con)vivência, estamos perante um novo paradigma assente na Pedagogia Social. Como sublinham Carvalho e Baptista (2004),

os educadores sociais surgem, neste sentido, como mediadores profissionais, como promotores de laços sociais numa perspectiva criativa e renovadora que não se confunde com a concepção de mediação de tipo curativo ou preventivo. (p. 72)

Ainda de acordo com estes autores, numa matriz de Pedagogia Social,

mais do que procurar minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas, impulsionadoras de actividade, de criatividade e de solidariedade. . . . Indissociável do sentido transformador evidenciado anteriormente, a mediação pedagógica é necessariamente optimista e ambiciosa. Nessa medida, ela demarca-se das práticas de simples assistência ou ajuda humanitária. (p. 72)

Por outro lado, como vimos, quando se fala de mediação, surge, tanto nos discursos como nos manuais, o grande dogma da neutralidade. A ideia de que é possível o profissional social ser neutro. Contudo, a única forma de ser neutro é estar morto, como nos lembra Torremorell (2008). A necessária empatia que o mediador intercultural tem de desenvolver com as partes envolvidas, enquanto interventor social, não lhe permite a neutralidade axiológica. Relativamente a esta questão da neutralidade, que é um dos aspetos mais polémicos da mediação, fomos assistindo, mais recentemente, à convocação do conceito de imparcialidade, em vez do de neutralidade, embora alguns autores continuem a considerar tal atitude como uma abstração. Há, ainda, autores que, em vez de falarem em imparcialidade – não tomar partido por ninguém –,

passaram a falar em "multiparcialidade" (Torremorell, 2008), uma vez que o mediador tem de promover a escuta ativa com todos, tentar entrar no entendimento de todos, e isso não pode ser feito de forma neutral nem imparcial. Tal trabalho implica atitudes empáticas por parte do mediador, e daí a ideia da "multiparcialidade":

ou seja, tomar partido por todos. Pensamos que esta ideia é especialmente estimulante, uma vez que fez evoluir um debate que estancou no ponto de saber se é, ou não, possível ser neutro e imparcial, quando é bem evidente que "os mediadores desempenham, inevitavelmente, um papel influente no desenrolar do conflito" (Folger e Jones, 1997: 305).

O conceito de multiparcialidade evoca, simultaneamente, independência e empatia. O mediador, pessoa independente em relação aos actores do conflito e ao resultado do mesmo, pode adoptar atitude empáticas – já não neutras – construtoras de confiança, incorporando uma carga de sinal positivo no desenvolvimento do processo mediado. Segundo esta óptica, actuar como se fôssemos neutros seria bastante pobre. (Torremorell, 2008, p. 24)

Ainda assim, se entendermos a Mediação Intercultural no âmbito da Pedagogia Social e não tanto da mediação em geral que nasce a partir de paradigmas resolutivos da Escola de Negócios de Harvard, dos anos 50, e, portanto, mais na perspectiva reabilitadora e criativa do que preventiva ou meramente resolutiva, nem é absolutamente de "multiparcialidade" que se trata, apenas. Efetivamente, para facilitar a comunicação, para fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados, o mediador não pode tomar a parte da cultura hegemónica sob pena de estar a desenvolver um assimilacionismo disfarçado de neutralidade. Pelo contrário, tem de buscar a autonomização, o empoderamento e a 'advocacia' dos desfavorecidos, o que implica distanciar-se das simples práticas de assistencialismo e de ajuda humanitária.

De facto, o mediador intercultural não pode deixar de ser, também, um interventor social que procura mudar situações sociais que geram injustiças, carências ou revoltas, sempre com o envolvimento dos implicados, como busca da convivência (Jares, 2007) e da hospitalidade enquanto valor humano (Baptista, 2012; Carvalho & Baptista, 2004). De alguma forma, é aí que se situa Torremorell (2008, p. 24) ao reutilizar o conceito de 'multiparcialidade' a partir de Folger e Jones. Torremorell (2008) vai ainda mais longe, ao caracterizar as competências e o perfil do mediador intercultural:

Chegados a este ponto, poderíamos definir a mediação como um processo ternário em que os participantes, mediador e protagonistas, exploram voluntariamente a

situação conflituosa para facilitar uma tomada de decisões conjunta liderada pelos protagonistas. (p. 84)

A perspetiva clássica da mediação, tão associada ao final da linha dos processos de tensão e conflito onde a resolução, a intenção de pôr termo aos conflitos e divergências é o objetivo principal, ainda que tal possa não passar de um sucesso superficial, procura, simplesmente gerir/‘resolver’ ‘problemas’, muitas vezes sem conhecimento cultural que está subjacente aos comportamentos individuais/sociais, com a ajuda de técnicas de comunicação que apenas levam a um entendimento que acaba por ser provisório e nada transformativo das identidades dos envolvidos, sejam eles grupos, comunidades ou indivíduos.

O nosso interesse pela mediação vai para além das técnicas inerentes a essa gestão e tentativa de resolução e centra-se, essencialmente, na relação entre as partes envolvidas e na convicção de que tal interação/comunicação/relação pode ser feita de forma simétrica, sem reféns e sem imposições hegemónicas ou suportadas por fundamentalismos. Por isso, também podemos definir a Mediação Intercultural

como uma tentativa de trabalhar com o outro e não contra o outro, procurando uma via pacífica para enfrentar os conflitos num ambiente de crescimento, aceitação, aprendizagem e respeito mútuo. . . . A mediação, além do mais, procura equidade e compromisso informado superando a violência, e a exclusão é integrada num amplo movimento personalizador de coesão social. (Torremorell, 2008, p. 85)

A Mediação Intercultural atravessa, ou pode atravessar, se se assumir o intercultural como paradigma que rompe com o culturalismo (monoculturalismo), todas as mediações socioculturais (familiar, comunitária, pessoal, laboral, jurídica, escolar, etc.) e não está presente apenas em contextos de forte multiculturalidade, como é o caso evidente da coexistência de pessoas migrantes, como algum senso-comum aponta, por vezes (Vieira, 2013).

Há uma vertente que coloca a Mediação Intercultural na discussão das intervenções de natureza preventiva *versus* resolutiva. No âmbito da Mediação Intercultural, mesmo na resolução de problemas sociais, que são maioritariamente culturais e contextuais e, portanto, não apenas individuais, o interventor pode agir com o outro (*empowerment*) e não através da apregoada forma neutra, entre os outros ou entre os outros e o sistema, como se nada tivesse a ver com ele e ele fosse transcultural, e não houvesse valores morais, relações de poder na interação e uma ética da convivência, fundamental ao entendi-

mento ternário. Trata-se do oposto, quer ao assistencialismo, quer, no outro polo, ao imperialismo ou à autocracia, onde o interventor se assume como distante, sábio e objetificador dos sujeitos da intervenção; quer, ainda, ao essencialismo do culturalismo, onde os padrões culturais são considerados imutáveis e ‘originais’/primordiais.

Em síntese, parece claro que toda a Mediação Intercultural é sociocultural. Mas nem todas as mediações socioculturais são, necessariamente, interculturais. A Mediação Intercultural remete, sempre, para a ideia de terceiro lugar, terceira pessoa, mestiçagem, cultura(s) dinâmica(s), interculturalidade e (trans)formação dos sujeitos e culturas envolvidas, ao invés de culturas consideradas fechadas em determinado grupo social, sendo, afinal uma pedagogia social que busca a (trans)formação de todos.

Pedagogia Social e intervenção social mediadora

É possível analisar o desenvolvimento da Pedagogia Social em quatro etapas. Primeiro, há que recordar que, em termos de emergência da profissão, a Pedagogia Social surgiu na Alemanha muito relacionada com a sociedade industrial e com todos os problemas sociais consequentes à mesma. Procuravam-se soluções para os problemas humanos e sociais, tais como os decorrentes de fortes movimentos migratórios, da proletarização do campesinato, do desemprego, da pobreza, da exclusão económica e cultural, do abandono de menores, da delinquência e da falta de proteção social. A ideia da Pedagogia Social assentava na necessidade da criação de estratégias que dessem respostas às necessidades individuais e sociais, estabelecendo um ideal de comunidade face ao individualismo emergente.

Relativamente à primeira etapa, ela está muito centrada no pensamento e obra de Paul Natorp (1854-1920), para quem todo o ser humano é, sobretudo, um ser social. Por isso tanto chamou a atenção para a dimensão social da educação como reação contra o individualismo. Por isso, também, para Natorp, toda a pedagogia é social.

A segunda etapa está compreendida entre 1920 e 1933 e coincide com o aumento dos problemas humanos e sociais em consequência da I Guerra Mundial. Nohl (1965, como citado em Pérez Serrano, 2003) deixou-nos um bom contributo ao defender a articulação entre a teoria e a prática numa perspetiva hermenêutica. De igual modo, deixou-nos uma apologia de uma Pedagogia Social relacionada principalmente com a política e concebida a partir de uma perspetiva essencialmente preventiva.

A terceira etapa (1933-1949) é considerada, de alguma forma, uma etapa de estagnação da Pedagogia Social, uma vez que ela é utilizada para propaganda política pelo nacional-socialismo de Hitler.

Finalmente, a quarta etapa é designada de Pedagogia Social Crítica e inicia-se nos anos 50 do século passado. O enfoque dado ao carácter preventivo dos problemas sociais ganha peso e anuncia uma nova fase orientada para as necessidades educativas emergentes. Esta Pedagogia Social Crítica propõe-se partir de situações concretas dando importância às diferenças culturais e tendo em conta a memória histórica. Ela é autocrítica e usa a reflexão do coletivo como critério de valoração da prática. É dialética, utiliza o modelo ecológico e, em termos processuais, aposta na dimensão relacional, intercontextual e intersistémica.

A Pedagogia Social Crítica é a que mais se aproxima do paradigma da Mediação Intercultural. A Pedagogia Social Crítica busca a emancipação, usa a investigação como estratégia metodológica e analisa e reflete sobre a observação para transformar a realidade. Há uma clara intenção de (trans)formação, conceito que constitui também palavra-chave deste texto. Além disso, esta nova Pedagogia Social, chamemos-lhe assim, une a teoria à prática numa dialética constante e aposta numa comunicação geradora de consensos, num modelo ecológico sustentado pela negociação, tão cara a todos os tipos de mediações e conexão com os diversos sistemas, aproximando-se, assim, da Mediação Intercultural, tal como é concebida por Carvalho e Baptista (2004).

Na mesma linha, Cohen-Emerique (2008) defende uma postura de negociação, caso a caso, uma busca em comum do profissional e da família imigrante – a título de exemplo –, mediante o diálogo e o intercâmbio de um mínimo de acordo, de um compromisso onde cada qual se veja respeitado na sua identidade e nos seus valores básicos ao aproximar-se do outro (aproximação bilateral, próxima da hermenêutica diatópica proposta por Santos [1997]).

De igual modo, AEP Desenvolupament Comunitari e Andalucía Acoge (2008, p. 99) defendem três tipos de mediação: a preventiva, que consiste em facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas com códigos culturais diferentes; a reabilitadora, que é a que mais se aproxima da resolução de conflitos de valores, próxima da mediação de conflitos, ‘filha’ da Escola de Harvard dos anos 50; e, por fim, a mediação criativa, igualmente designada de transformativa por buscar a criação de novas normas, novas ações baseadas em novas relações entre as partes.

Também Carlos Giménez (2014) distingue a mediação resolutiva da preventiva e transformativa. A este propósito, defende as seguintes funções da

figura mediadora intercultural: facilitar a comunicação entre pessoas/grupos de culturas distintas; assessorar os agentes sociais na sua relação com os coletivos minoritários em temas de interculturalidade, diversidade cultural (culturas diversas, imigração) e relações intercomunitárias; assessorar pessoas e comunidades minoritárias na sua relação com a sociedade e cultura hegemónicas; promover o acesso a serviços e recursos públicos e privados; construir cidadania e acompanhar ativamente os processos pessoais de integração e inclusão e favorecer a participação social e comunitária.

José Antonio Caride reforçou bem a relação entre Pedagogia Social e Mediação Intercultural. Num texto de 2016, sublinha:

La importancia de los sujetos, y no sólo de los hechos, enfatiza la vocación pedagógica y social de la acción-intervención mediadora, aunque a menudo sea más implícita que explícita. De ahí que nos prestemos a acentuar sus connotaciones educativas, abriendo los discursos y prácticas de la mediación a la acción-intervención educadora, con dos argumentos que apelan directamente a los vínculos que existen entre ambas: de un lado, el que pone de relieve que en toda mediación que se precie existen propósitos, fines, objetivos o métodos de naturaleza y alcance formativo; de otro, el que hace notar la dificultad de imaginar una educación que pueda prescindir de los principios éticos y morales, o de los soportes axiológicos y emocionales que son inherentes a cualquier práctica mediadora puesta al servicio de la razón cordial (Cortina, 2007) y de la paz como cultura (Dios, 2011). Aludimos, en síntesis, a todo un conjunto de valores, actitudes, comportamientos y estilos de vida que rechazan la violencia y previenen los conflictos, haciendo uso del diálogo y la negociación entre los individuos, los grupos, las organizaciones sociales e, incluso, los Estados. Una cultura de paz, a la que la mediación puede y debe favorecer, tratando de capacitar a las personas y a los colectivos sociales para que hagan elecciones, actuando no sólo en función de las circunstancias del presente, sino también de la visión del futuro al aspiran. (p. 19)

Américo Peres (2016), no mesmo livro, no capítulo intitulado “Educação Intercultural e Mediação Sociopedagógica”, deixa bem clara esta proximidade entre pedagogia e mediação sociopedagógica:

Entendemos que a mediação sociopedagógica faz parte de uma constelação de conceitos – Educação, Cultura, Democracia e Escola/Comunidade/Territórios – em que o aprender a ser pessoa e o aprender a conviver com os outros se rege por princípios, conhecimentos, competências, atitudes e valores comuns, como sejam, Interculturalidade, Igualdade, Comunicação, Unidade, Diversidade, Ética, Política, Participação, Cidadania, Autonomia, Justiça e Desenvolvimento, como condição da dignidade da pessoa humana. (p. 64)

Também Capul e Lemay (2003), numa obra dedicada à educação e à intervenção social, referem, no primeiro de dois volumes, que a mediação é como uma arte do

“entre-dois” em que o educador funciona como o intermediário privilegiado entre o que ainda não é mas se constitui silenciosamente e o que virá a ser numa série de gestos combinatórios, por ter sabido situar-se, em devido tempo, entre um estímulo forte e um organismo desejoso de o utilizar. (p. 113)

Para estes autores, o conceito de mediação é há muitos anos usado, mas só mais recentemente tem sido devidamente apropriado como função essencial de toda e qualquer relação educativa, uma vez que é capaz de ‘pôr-se no meio’, que é exatamente o contrário de colocar-se à distância: “o educador é sempre este personagem que tenta estabelecer uma ponte entre um ser actual e em devir e um envolvente que deve dar a sua contribuição a um processo” de desenvolvimento (Capul & Lemay, 2003, p. 113). A função deste mediador não é propriamente a de tornar os espaços cheios de vida social entre pessoas, grupos e comunidades, nem a de os manter absolutamente vazios; antes pelo contrário: é fomentar a participação e fazer com que os sujeitos se tornem protagonistas da ação social nesse mesmo espaço. Ainda de acordo com Capul e Lemay (2003):

A mediação pode realizar-se de modo particularmente subtil nos novos locais de trocas que alguns educadores tendem actualmente a criar para pais, mães sós, adolescentes perdidos nos grandes meios urbanos, jovens em ruptura com a escola, jovens desocupados, desempregados desesperados por encontrar um sentido para a sua existência, etc. Toda esta gente tem em comum o conhecimento angustiante do vazio. Se ficarem sós face a esta depressão individual e colectiva, mergulharão na abstenção ou nas reivindicações estéreis. Se sentirem que queremos recuperá-los através dum tipo de militantismo social generoso mas dominador, não tardarão a mobilizar as poucas forças que existem neles para deter esta nova pressão. Se se aperceberem duma presença autêntica de acolhimento para que se renovem laços, o naufrágio do desejo pode deter-se, depois pode surgir a esperança de outros laços que, combinando-se de maneira singular, permitam o ressurgimento duma vida psíquica. (p. 113)

Em busca de conclusões

Para facilitar a comunicação, fomentar a coesão social e promover a autonomia e a inserção social das minorias e dos mais fragilizados, o mediador

não pode tomar a parte da cultura hegemónica sob pena de estar a desenvolver um assimilacionismo disfarçado de neutralidade. Como foi referido, a autonomização, o empoderamento e a ‘advocacia’ dos desfavorecidos implicam um mediador intercultural que se demarque da imparcialidade, mas também das simples práticas de assistencialismo e de ajuda humanitária. A Mediação Intercultural, como prática da Pedagogia Social, posiciona-se numa perspectiva preventiva, educadora, construtora de terceiros lugares e de interculturalidade, em busca da transformação das relações sociais desiguais.

Depois de distinguirmos a mediação clássica, assente na resolução de conflitos de cariz interindividual, nascida na Escola de Negócios da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América, apresentámos a Mediação Intercultural não só como uma prática de negociação de conflitos em grupos e sociedades multiculturais, mas, também, como paradigma de intervenção socioeducativa, preventiva, transformadora, reabilitadora, emancipadora e capacitadora. Como uma pedagogia social ou mesmo uma antropologia aplicada na busca da intercompreensão e da hermenêutica multitópica para a construção de terceiras culturas, fundamentais à construção da interculturalidade e da convivência entre diferentes.

Sublinhámos a necessidade de os educadores, em geral, o educador social, em particular, e todos os interventores sociais agirem de forma mediadora e empoderadora, pondo em prática Pedagogias Sociais apoiadas na Mediação Intercultural (Caride, 2016) e seus pilares fundamentais, de que a escuta ativa é fundamento, mas em que a neutralidade/imparcialidade/equidistância precisa de ser questionada por forma a que a intervenção social seja socioeducativa, feita com o outro, a partir da sua lógica e cultura local, o que implica tomar a parte e é exatamente o oposto do distanciamento e da pretensa, mas impossível, neutralidade.

A Mediação Intercultural, como prática da Pedagogia Social, tal como é aqui assumida, posiciona-se numa perspectiva preventiva, educadora, construtora de terceiros lugares e de terceiras culturas, mas, também, de transformação das relações sociais com vista à construção de sociedades e de *selves* mais interculturais (Vieira, 2014).

Referências bibliográficas

AEP Desenvolupament Comunitari & Andalucía Acoge. (2008). *Mediación intercultural: Una propuesta para la formación*. Editorial Popular.

- ARVANITIS, E. (2014). The intercultural mediation: A transformative journey of learning and reflexivity. In E. Arvanitis & A. Kameas (Eds.), *Intercultural mediation in Europe: Narratives of professional transformation* (pp. 1-16). Common Ground.
- BAPTISTA, I. (2012). Pedagogia social: Um campo plural de investigação e intervenção. *Cadernos de Pedagogia Social*, 4, 5-8. <https://doi.org/10.34632/cpedagogiasocial.2012.1944>
- BOURDIEU, P. (2005). *Esboço para uma auto-análise*. Edições 70.
- CAPUL, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social* (vols. I e II). Porto Editora.
- CARIDE, J. A. (2016). La mediación como pedagogía social: Viejas realidades, nuevos retos para la intervención social. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 13-25). Edições Afrontamento.
- CARVALHO, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- COHEN-EMERIQUE, M. (2008). Presentación. In AEP Desenvolupament Comunitari & Andalucía Acoge, *Mediación intercultural: Una propuesta para la formación* (pp. 17-23). Editorial Popular.
- FREIRE, P. (2002). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação de culturas*. LTC.
- GIMÉNEZ, C. (2010). *Interculturalidade e mediação*. ACIDI.
- GIMÉNEZ, C. (2014). *Seminário intensivo sobre mediação intercultural*. IMEDES e ACM
- JARES, X. (2007). *Pedagogia da convivência*. Profedições.
- PERES, A. (2016). Educação intercultural e mediação sociopedagógica. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de mediação intercultural e intervenção social* (pp. 57-72). Edições Afrontamento.
- PÉREZ Serrano, G. (2003). *Pedagogía social-Educación social: Construcción científica e intervención práctica*. Narcea.
- SANTOS, B. S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32. https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF
- TORREMOREL, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto Editora.
- VIEIRA, A., & Vieira, R. (2016). *Pedagogia social, mediação intercultural e (trans)formações*. Profedições.
- VIEIRA, A. (2013). *Educação social e mediação sociocultural*. Profedições.
- VIEIRA, R. (2014). Life stories, cultural *métissage*, and personal identities. *SAGE Open*, 4(1), 1-13. <https://doi.org/10.1177/21582440135172>